

O Nexo Segurança-Desenvolvimento e as Potências Emergentes: o caso da cooperação entre Brasil Líbia nos governos Lula e Dilma.

Aline Rizzo

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Líbia nos governos Lula e Dilma, em um recorte temporal compreendido entre os anos de 2003 e 2014. Esse período será dividido em dois momentos, tendo como marco fundamental o ponto de inflexão em 2011 quando houve a intervenção da OTAN na Líbia em decorrência dos desdobramentos da Primavera Árabe, bem como a transição de governo entre Lula e Dilma no Brasil. Esta pesquisa baseia-se no recente debate teórico das Relações Internacionais denominado *security-development nexus* (nexo segurança-desenvolvimento) motivado pelos eventos do 11 de setembro e pela “Guerra ao Terror”. Nesse sentido, argumenta-se que há uma dinâmica crescente e conflitiva na política externa brasileira que alterna *contestação do e inserção no* sistema internacional. Essa dinâmica permeia as relações entre Brasil e Líbia bem como o posicionamento brasileiro sobre as agendas de desenvolvimento e segurança.

Introdução

O cenário internacional pós-Guerra Fria é marcado pela tendência à multipolaridade e pelo protagonismo de atores outrora limitados pelo sistema bipolar. Tais mudanças suscitaram importantes desafios à disciplina das Relações Internacionais à medida que atores estatais articulam-se em novos arranjos que contestam o *status quo* bem como põem em discussão a própria noção de Estado Moderno soberano diante do crescente aumento da fluidez de suas fronteiras.

Nesse contexto, tem lugar os debates acerca das então denominadas “potências emergentes” entendidas enquanto Estados que têm tido notável crescimento em suas economias bem como desafiado a atual governança global (Ikenberry and Wright, 2008). Tal desafio ocorre fortemente no campo de desenvolvimento onde pode ser observado nas últimas décadas grande movimento de cooperação internacional: a intensificação da Cooperação Sul-Sul.

Não somente o campo do desenvolvimento, mas também o da segurança tem sido impactado pelo cenário internacional cada vez mais heterogêneo. O contexto pós-Guerra Fria, além da multipolaridade, é também caracterizado pela predominância de conflitos intra-estatais que por sua vez mobilizam intervenções de cunho humanitário. Busca-se

legitimar tais intervenções através do discurso em que Estados “incapazes” de proteger seus civis e garantir os direitos humanos aos seus cidadãos não exercem, portanto, sua soberania integralmente e, por esse motivo, seriam legítimas as intervenções externas. (Bellamy, 2009). As intervenções humanitárias contemporâneas são caracterizadas por serem multidimensionais, pois suas ações não buscam somente a paralização do conflito, mas também a promoção da construção da paz (*peacebuilding*) através do desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento usado nessas operações tem características fortemente liberais e por esse motivo cunhou-se o termo “Paz Liberal” (Richmond, 2006).

Neste sentido, o atual cenário internacional revela importante relação entre os campos do desenvolvimento e segurança, especialmente após os ataques de 11 de setembro que catalisou um processo crescente de securitização da agenda de desenvolvimento (Stern e Ojendal, 2010). Isto significa que há uma priorização progressiva da segurança internacional e esforços no sentido de promover o desenvolvimento com foco na agenda de segurança o que suscitou os debates sobre *security-development nexus*, ou seja, o nexó segurança-desenvolvimento.

O Brasil como potência emergente tem desempenhado um papel importante no contexto da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e na arena da segurança internacional, especialmente durante os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), apresentando uma postura crítica para a o processo de securitização do desenvolvimento descrito por Duffield (2010). O caso específico da cooperação entre Brasil e Líbia vai ser examinado à luz da intersecção entre as áreas de desenvolvimento e de segurança nos governos de Lula, onde havia uma grande ênfase em Cooperação Sul-Sul, e Dilma Rousseff (2011-2015), quando os desdobramentos da Primavera Árabe na Líbia determinaram um ponto de inflexão.

O objeto deste artigo, portanto, é analisar a Cooperação Sul-Sul estabelecida entre Brasil e Líbia a partir das questões relacionadas ao desenvolvimento e a segurança que permeiam essa cooperação. O recorte temporal aqui definido centra-se em dois momentos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil: o primeiro começa em 2003, quando Lula, cuja política externa é considerada pró-ativa e pragmática (Hirst, Lima e Pinheiro, 2010), assume a presidência e se estende ao final do seu segundo mandato em 2010. A segunda fase inclui a gestão de sua sucessora Dilma Rousseff que exerce a Presidência em 2011, ano em que há um marco fundamental que é a intervenção da OTAN na Líbia, e se estende até 2015.

Desse modo, a questão central aqui proposta é: em que medida a cooperação para o desenvolvimento oferecido para a Líbia pelo Brasil corresponde ao discurso oficial da diplomacia brasileira no que diz respeito às intervenções humanitárias? Desta questão fundamental surgem problemas secundários, tais como: Como a política externa brasileira mobiliza e articula o nexos segurança-desenvolvimento? Como a relação dos dois países se transformou ao longo deste período? Quais são os interesses econômicos e políticos por parte do Brasil na Líbia que estão despolitizadas no argumento humanitário? Estas são as principais questões a partir das quais irá se argumentar que há interesse por parte do Brasil na Líbia que estão despolitizado sob o discurso humanitário da crítica à intervenção

Relações Brasil e Líbia

Desde 1970 o Brasil e a Líbia têm estabelecido uma relação significativa. Com a crise do petróleo em 1973, o laço entre os dois países se intensificou gerando aumento das trocas comerciais, especialmente nos campos de petróleo e de construção civil. Na década de 1980 observa-se um arrefecimento dessas relações, porém, com o início do governo Lula (2003-2010) no Brasil, a aproximação é retomada fortemente agora sob a lógica da Cooperação Sul-Sul.

Após o período de arrefecimento das relações entre os dois países, no final de 1980 e 1990, é apresentado um aumento significativo nas relações comerciais entre Brasil e Líbia. Em 2005 a Petrobras em parceria com a *Libyan National Oil Corporation* retoma exploração de petróleo e gás no território da costa líbia. Entre 1989 e 2002, a exportação dos produtos brasileiros para a Líbia teve uma média anual de US\$ 56 milhões. Durante o governo Lula o valor médio anual gasto chegou a US\$ 232 milhões atingindo o montante de US \$ 456 milhões em 2010. As importações também tiveram um aumento notável. A partir do mesmo período de 1989 a 2002, as importações anuais médias foram de US\$8 milhões. Sob o governo Lula a média sobe para US\$ 468 milhões atingindo nada menos do que US\$ 1,4 bilhões em 2008 (Casarões, 2014, p. 47). Note-se que, além da crescente presença da China na África como um fator de intensificação da cooperação Sul-Sul na região, com todas as sanções contra a Líbia revogadas em 2003, Kadaffi inaugura um processo de liberalização econômica e de privatizações que abre a porta ao investimento estrangeiro.

As discussões sobre a Cooperação Sul-Sul, nesse sentido, oferecem contribuições importantes na medida em que as potências emergentes têm procurado exercer papel fundamental na segurança e no desenvolvimento através da cooperação. O fluxo da Cooperação Sul-Sul nos últimos anos tem aumentado fortemente desafiando as discussões teóricas tradicionais sobre o Desenvolvimento e Segurança, agora promovidos pela periferia do sistema internacional. Políticas de ajuda têm sido historicamente concebidas e analisadas a partir da perspectiva ocidental à luz dos binários Oeste/Leste, Norte/Sul, desenvolvido/subdesenvolvidos, notadamente marcadas por relações assimétricas e verticalizadas. O contexto pós-Guerra Fria, marcado pela multipolaridade, prevê um cenário internacional em que uma diversidade de atores reivindica maior agência e desafia o *status quo*.

A ajuda entre os Estados que não são considerados doadores tradicionais, ou não "desenvolvidos", ocorre desde longa data, como é o caso da cooperação entre o Brasil e a Líbia. No entanto, a cooperação promovida por "doadores emergentes" teve um crescimento exponencial nos últimos anos sendo caracterizada como um desafio simbólico gerando novas questões sobre padrões de desenvolvimento e reordenamento do sistema internacional (Mawdsley, 2012). Há notadamente um "espírito de não-alinhamento" no Sul Global que abraça o desejo de autonomia, ampliando o âmbito de ação na cena internacional e a rejeição de interferência estrangeira. (Brun, 2008). Entendendo, portanto, a Cooperação Sul-Sul de forma ampla é possível observar que potências emergentes cooperam para promover o desenvolvimento ao mesmo tempo em que almejam participação na arena das normas de segurança. Neste contexto inserem-se as recentes relações entre Brasil e Líbia que serão analisadas a partir das discussões sobre *security-development nexus*.

O Brasil e o Nexo no Caso da Cooperação com a Líbia

Enquanto potência emergente (Hurrell, 2010), a posição do Brasil sobre o nexo segurança-desenvolvimento está intimamente relacionada com os objetivos de maior ação no cenário internacional em questões relevantes para ambos os campos evidenciados em suas experiências no Haiti, Timor-Leste e Guiné-Bissau (Abdenur e Marcondes, 2014).

Os conflitos travados na Líbia no contexto da Primavera Árabe e a subsequente intervenção da OTAN são marcos que revelam um ponto de inflexão nas relações entre Brasil e Líbia especialmente porque no mesmo ano a presidente do Brasil, Dilma

Rousseff, inicia seu mandato e imediatamente a questão da Líbia se torna uma pauta urgente na agenda da política externa brasileira.

Há importantes questões que diferenciam as relações Brasil-Líbia entre os governos Lula e Dilma. Em primeiro lugar, as próprias distinções na condução da política externa brasileira entre os dois governos. Além disso, em segundo lugar, mas intimamente ligada à primeira questão, está o posicionamento do governo brasileiro sob o mandato de Dilma no que tange aos desdobramentos da Primavera Árabe e, em especial no caso da Líbia, o contexto de intervenção da OTAN e os debates da Responsabilidade de Proteger (*Responsibility to Protect – R2P*).

No primeiro aspecto, cabe ressaltar o compromisso de Dilma em dar destaque à agenda de defesa dos direitos humanos e, em particular, aos direitos das mulheres em seu mandato, embora este compromisso não tem sido efetivamente cumprido. O que é evidentemente uma demanda internacional fundamental para levar a cabo o objetivo de evidenciar o Brasil enquanto *Global Player*. Neste sentido, a aproximação com os países árabes em geral caracterizados por regimes ditatoriais que ferem uma série de direitos humanos para os moldes ocidentais, mais uma vez com especial destaque aos direitos das mulheres, torna-se um problema.

No caso específico da Líbia é emblemática a discussão acerca do princípio da Responsabilidade de Proteger por ter sido utilizado como legitimador de uma ação da OTAN pela primeira vez e ter sido alvo de muitas críticas.

Diante dos conflitos travados na Líbia o Conselho de Segurança da ONU considerou que Kadaffi cometia graves violações dos direitos humanos e fazia o uso da força contra civis, incluindo seus opositores, e aprovou em Fevereiro de 2011 a resolução 1970¹ decretando sanções como o embargo de armas. Sem resultados imediatos, em março de 2011 foi aprovada a Resolução 1973² que determinou a intervenção na Líbia, sob Capítulo VII da Carta da ONU e, portanto, com o uso da força diante da recusa ao consentimento e recorrendo pela primeira vez o princípio da Responsabilidade Proteger.

O Brasil se abstém de votar no Conselho de Segurança da ONU referente à Resolução 1973 que autoriza a ação que, por sua vez, foi amplamente criticada em seus resultados, tendo o Brasil como um dos atores críticos. A “Responsabilidade de Proteger”,

¹ CSNU -Disponível em: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_02/20110927_110226-UNSCR-1970.pdf Acessado em: 16 de outubro de 2013.

² CSNU http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110927_110311-UNSCR-1973.pdf Acessado em: 16 de outubro de 2013.

substituta do “direito de ingerência” tem três princípios fundamentais: responsabilidade de reagir, responsabilidade de prevenir, responsabilidade de reconstruir. Assumindo tais responsabilidades a ação com uso da força, sob capítulo VII da Carta das Nações Unidas pode ser deflagrada (Jubilut, 2007).

O governo brasileiro manteve-se, assim, alinhado ao posicionamento dos demais países do BRICS e endossando o discurso do Sul Global. Em declaração na 66ª Assembleia Geral da ONU em setembro de 2011 Dilma Rousseff se opõe claramente à R2P propondo um avanço na concepção do princípio:

Nossa atitude frente aos recentes acontecimentos políticos no Oriente Médio e no Norte da África é prova disso. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger; pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. Esta responsabilidade ao proteger foi objeto das iniciativas da África do Sul, da Índia e do Brasil dentro Conselho de Segurança da ONU.³

O Brasil torna-se então o porta-voz de um novo conceito, Responsabilidade ao Proteger (*Responsibility while Protecting* - RWP), não criticando os princípios da R2P, mas a sua implementação, salientando a necessidade de esgotar todos os recursos antes do uso da força evitando o agravamento dos conflitos. O princípio da "responsabilidade ao proteger" seria firmado em tais bases: a valorização da prevenção e meios pacíficos de resolução de controvérsias; a necessidade de exaurir todos os meios não-violentos para a proteção de civis; a obrigação de que qualquer ação militar seja sempre autorizada pelo Conselho de Segurança, limitado em seus elementos operacional e temporal; e a necessidade de monitoramento e avaliar a implementação das resoluções que autorizem intervenções⁴.

O conceito não foi levado adiante por falta de apoio tanto das potências ocidentais quanto da China e Rússia (Benner, 2013). No entanto, pode ser observada, evidentemente, a ênfase na prevenção de conflitos em detrimento da ação com uso da força, mostrando a postura tradicional de defesa da soberania estatal / territorial da política externa brasileira e, ao mesmo tempo, um esforço no sentido de se estabelecer enquanto agente normativo, ou empreendedor de normas no cenário internacional.

³ MRE – Ministério das Relações Exteriores – Presidente da República Federativa do Brasil – Discursos. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4650:discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-plenaria-da-v-cupula-do-ibas-pretoria-africa-do-sul-18-10-2011&catid=197&Itemid=448&lang=pt-br Acessado em 18 de outubro de 2013.

⁴ MRE – Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-proteger-na-onu-2013-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012/print-nota> Acessado em 04 de julho de 2014.

Com agenda cada vez mais voltada para preocupações pertinentes aos direitos humanos, o governo brasileiro adota uma postura de defensor do direito individual e das questões humanitárias. Se por um lado Lula conduzia a política externa de forma mais personalística e contra-hegemônica enquanto que Dilma teve uma preocupação maior para atender as demandas relacionadas a direitos humanos (Amar, 2014), há de se destacar os interesses despolitizados pelo discurso da Responsabilidade ao Proteger defendido por Dilma. O bom relacionamento de Lula com Kadaffi que permitiu o empreendimento de muitos negócios entre o Brasil e Líbia poderia ser um fator negativo para o Conselho Nacional de Transição da Líbia (CNT) o que impediria a continuidade dos projetos brasileiros no país norte-africano pós-Kadaffi (Amar, 2014).

Ao mesmo tempo em que Dilma se pronunciava a favor da soberania e de repensar o princípio da Responsabilidade de Proteger ela buscou manter os laços com a Líbia no período pós Kadaffi preparando o terreno para garantir os interesses do Brasil na região. No próprio histórico das relações Brasil e Líbia no sítio eletrônico do Itamaraty aponta esse movimento de (re) aproximação após a intervenção:

O conflito líbio iniciado em 2011 afetou novamente as relações bilaterais. A visita à Líbia do Subsecretário-Geral Político III do Ministério das Relações Exteriores, ainda em 2011, deu início a novo processo de reaproximação. Em 2012, o Vice-Primeiro-Ministro líbio, Omar Abdelkarim, visitou o Brasil. A Embaixada brasileira em Trípoli foi reaberta em junho de 2012. A Líbia é um dos principais destinos de investimentos brasileiros no continente africano. Há interesse líbio em cooperação com o Brasil na área de investimentos, em intercâmbio de experiências para a transição democrática, capacitação de agentes públicos e de segurança⁵.

Imediatamente após a morte de Kadaffi, a Líbia passa a ser um campo fértil de oportunidades para a inserção de empresas europeias e asiáticas.⁶ Em 2012 o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil indicou a organização de uma missão empresarial brasileira à Líbia para identificar oportunidades de investimentos e negócios para as empresas brasileiras no país africano⁷.

⁵ MRE – Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5379&Itemid=478&cod_pais=LBY&tipo=ficha_pais&lang=pt-br Acessado em: 03 de fevereiro de 2015.

⁶ SHANE, Scott. **The New York Times** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny1011201105.htm> Acessado em 04 de julho de 2014.

⁷ MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.amazonia.mdic.gov.br/portalmDIC/////sítio/interna/noticia.php?area=1¬icia=11474> Acessado em 15 de junho de 2014.

Ainda em 2012 a presidente brasileira propôs enviar especialistas para auxiliarem nas eleições parlamentares na Líbia, além de enviar técnicos para identificação de armas e medicamentos para auxílio no combate à AIDS⁸.

Em 2013, através do convite do deputado brasileiro Adrian Mussi, o ministro de Petróleo e Gás da Líbia Abdulbari Al Arousi visitou o Brasil e declarou o interesse por parte do novo governo líbio em firmar parcerias com o Brasil, especialmente na área de energia e construção civil⁹.

A presidente Dilma também reforçou os laços do Brasil com os países da Liga Árabe. Em 9 de Março de 2014 o embaixador do Brasil no Egito, Marco Antônio Brandão, foi credenciado como Representante Especial do Brasil junto à Liga dos Estados Árabes. Esta é a primeira vez que o Brasil tem um representante oficial para o bloco árabe¹⁰.

É evidente, portanto, o esforço do governo brasileiro no sentido de encontrar possibilidades e manter espaços abertos tanto na Líbia e em outros países da região após os desdobramentos da Primavera Árabe. É fundamental, nesse sentido, minimamente compreender o contexto líbio pós-intervenção da OTAN.

Logo após a morte de Kadaffi foi iniciado um processo de transição na Líbia em moldes democráticos, sendo a França o primeiro país a reconhecer o Conselho Nacional de Transição (CNT) (St. John, 2014).

No entanto, este processo não foi consolidado. Em março de 2014 foram levadas a debate propostas de restauração da monarquia na Líbia. Os mais recentes relatos dão conta de que o ambiente político é extremamente instável, e ainda bastante violento expondo os conflitos étnicos e regionais históricos¹¹. Devido à insegurança, em julho de 2014, o Itamaraty transferiu a embaixada brasileira da Líbia para a Tunísia¹².

⁸ ANBA Agência de Notícias Brasil-Árabe. Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia/13387428/diplomacia/brasil-ajudara-libia-na-reconstrucao/?indice=200> Acessado em 16 de outubro de 2013.

⁹ LUZ DA, Natalia. P_o_r_d_e_n_t_r_o_d_a_Áf_r_i_c_a – Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/negocios/queremos-desenvolver-uma-parceria-importante-com-o-brasil-diz-ministro-do-petroleo-da-libia> Acessado em 13 de janeiro de 2015.

¹⁰ MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Itamaraty. Disponível em: <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/63-representante-especial-do-brasil-e-acreditado-junto-a-liga-dos-estados-arabes>. Acessado em: 03 de novembro de 2014.

¹¹ GATESTONE INSTITUTE Disponível em: <http://www.gatestoneinstitute.org/4251/libya-monarchy> Acessado em: 13 de janeiro de 2015.

¹² EBC Agência Brasil– Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-07/itamaraty-transfere-embaixada-da-libia-para-tunisia-por-falta-de> Acessado em: 13 de janeiro de 2015.

Embora o ambiente na atual na Líbia seja bastante complexo, parece ser ainda um campo fértil para o investimento. Alguns autores fizeram análises recentes indicando tentativas de projeções, possibilidades, continuidades e descontinuidades.

Youssef Mohammed Sawani (2013), aponta que a morte de Kadaffi se deu pelas mãos de seu próprio povo, apesar de ter sido também consequência da intervenção da OTAN com o apoio de alguns países árabes. Para o autor, a história contemporânea da Líbia tem sido guiada por quatro "dinâmicas perpétuas": a religião, o tribalismo, o regionalismo e o petróleo. Tais dinâmicas, de acordo com o autor, se perpetuam mesmo no atual período de transição. E o petróleo foi e continuará sendo o ingrediente essencial do processo de transformação política, econômica e social Líbia.

Segundo Ronald St. John (2014), para que o governo de transição opere mudanças econômicas significativas aos moldes neoliberais com diversificação e abertura da economia, paradoxalmente irá precisar de um Estado forte e interventor que trabalhe com o que ficou do governo Kadaffi e seu recente movimento de abertura. Nesse caso, os investimentos externos serão bem-vindos e em longo prazo a economia política pós Kadaffi provavelmente será uma mistura de um Estado forte nos esforços de reconstrução e serviços de bem-estar social com orientação de mercado no processo de reforma econômica. Quanto ao petróleo, John aponta que em 2012 a produção de petróleo atingiu níveis pré-revolução, no entanto a insegurança afastou as empresas petroleiras da região. Ainda, Christopher S. Chivvis, Keith Crane, Peter Mandaville, Jeffrey Martini (2012) destacam os desafios de segurança e também os desafios econômicos de transição na Líbia com foco no seu principal recurso, o energético.

Muzzafer Ercan Yilmaz (2012) vai mais longe ao prescrever os passos para um processo de construção da paz (*peacebuilding*) bem sucedido na Líbia. O autor salienta que uma "boa estratégia" para que o sucesso na transformação política que levará a Líbia a ser um país democrático seja menos dolorido envolveria basicamente a justiça transicional, formação de um governo representativo, o reforço da segurança, a elaboração de nova constituição, reconstrução econômica e reconciliação nacional. Nessa ordem.

Todas essas abordagens remetem à ideia de reconstrução baseada em valores liberais presentes em modelos e concepções de *peacebuilding*. Observar que o Brasil tem buscado se inserir nesse contexto pós Kadaffi e, portanto, de "reconstrução" nos remete à questão central deste artigo. Em que medida a cooperação para o desenvolvimento oferecida à Líbia pelo Brasil corresponde ao discurso oficial da diplomacia brasileira no

que diz respeito às intervenções humanitárias? Algumas respostas serão esboçadas na seção seguinte.

Conclusão

A proposta apresentada neste trabalho foi analisar onexo segurança-desenvolvimento a partir da perspectiva de uma potência emergente, o compreendendo enquanto discurso e prática sem despolitizar ou esvaziar a crítica. Foi sugerido, portanto, conduzir o debate de modo a compreender como a política externa brasileira mobiliza no discurso e na prática a intersecção entre a segurança e desenvolvimento a partir da sua relação com a Líbia.

O objetivo central foi analisar a Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Líbia durante os esforços de Lula e Dilma com destaque à observação da política externa brasileira e os esforços do Brasil em se inserir no cenário internacional enquanto potência emergente compreendendo este movimento sob o marco da intersecção entre as políticas de desenvolvimento e de segurança.

Partindo da questão central "Em que medida a cooperação para o desenvolvimento oferecido para à Líbia pelo Brasil corresponde ao discurso oficial da diplomacia brasileira no que diz respeito à intervenção humanitária?" Foram mapeados e identificados as frentes de cooperação estabelecidas entre o Brasil e a Líbia, atores envolvidos e os interesses econômicos e geopolíticos envolvidos na relação Brasil e Líbia, bem como foram analisadas as transformações da política externa brasileira no período compreendido no recorte temporal definido. Também foi proposta uma reflexão sobre como o Brasil enquanto potência emergente entende a relação entre desenvolvimento e segurança.

Pode-se assim observar que a crítica do Brasil à intervenção da OTAN na Líbia não se restringe à crítica da implementação da Responsabilidade de Proteger. Apesar do ensaio de elaboração do princípio da Responsabilidade ao Proteger, este trabalho aponta que existem, desde longa data, interesses políticos e econômicos do Brasil na Líbia despolitizados pelo discurso humanitário. Portanto, o posicionamento brasileiro neste caso não deve ser observado unicamente à luz das questões humanitárias e de segurança.

Desde a década de 1970 o Brasil e a Líbia estabeleceram movimentos de cooperação significativos impulsionados pela crise energética mundial. Em um panorama

histórico e de análise da política externa brasileira nesse período, observou-se que as relações entre os dois países não obedeceram um *continuum*, ao contrário, foram marcados por movimentos de aproximação e afastamentos, encontros e desencontros.

Também foi possível notar que em todas as fases de aproximação entre os dois países, o comércio de petróleo teve papel fundamental de motivador da intensificação das relações. Além disso, coube destacar que na fase iniciada com o governo Lula, tais relações foram inseridas como parte do projeto de priorização de Cooperação Sul-Sul pela política externa brasileira.

Alguns movimentos conclusivos serão aqui propostos com a ressalva de que por se tratar de eventos extremamente recentes e principalmente pelo contexto político ainda muito instável na Líbia, qualquer proposição definitiva seria precoce.

Além disso, cabe destacar que a Cooperação Sul-Sul carece de institucionalização. Existe uma multiplicidade de atores envolvidos na Cooperação Sul-Sul, públicos e privados, no entanto, há uma deficiência de canais institucionalizados que representem tal diversidade (Milani, 2014). A Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD), por ser coordenada por uma série de atores estatais, como a Agência Brasileira de Cooperação, apresenta um maior grau de institucionalização, mas ainda há uma dispersão institucional bem como inexistência de marcos regulatórios próprios. (Leite et al.2013).

O único movimento de Cooperação Técnica entre Brasil e Líbia registrado foi articulado pelo Ministério da Saúde, mas não foi levado adiante. A cooperação entre o Brasil e a Líbia se dá de forma desarticulada e bastante diversificada dificultando seu mapeamento. Neste sentido, a cooperação brasileira com a Líbia é consideravelmente menos institucionalizada comparando-se com a cooperação brasileira com os países da região da África subsaariana, fortemente caracterizada pela Cooperação Técnica para o Desenvolvimento. Feitas as devidas ressalvas, seguem-se os esforços conclusivos encaminhados em três direções.

Primeiramente, a Cooperação Sul-Sul não deve ser vista unicamente como trocas econômicas ou de *expertise*, mas também como um instrumento de contestação do *status quo* do sistema internacional, tanto do ponto de vista econômico quanto simbólico. Porém, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela contestação, marca o objetivo cada vez mais flagrante de inserção no sistema internacional. A cooperação do Brasil com a Líbia e também com outros países árabes reflete bem o teor contestatório e ao mesmo tempo de inserção da cooperação que levou a política externa brasileira ao impasse das "duas fortes aspirações conflitantes" (Amar, 2014).

Portanto, há uma dinâmica conflitiva e crescente na política externa brasileira que alterna *contestação do e inserção no* sistema internacional. Esta dinâmica permeia as relações do Brasil com a Líbia, bem como o posicionamento brasileiro no que tange às agendas de desenvolvimento e de segurança. Às "duas aspirações conflitantes" me refiro ao definir a dinâmica antitética de contestação e inserção muito claras na atuação internacional do Brasil no marco do nexo de segurança-desenvolvimento.

Nesse sentido, o "espírito do não-alinhamento", que de acordo com Elodie Brun (2008) é caracterizado pelo desejo de autonomia, ampliação do espaço de ação no cenário internacional; a rejeição de ingerência estrangeira e está fortemente presente na ideia de Sul Global, por vezes entra em conflito com o papel de "potência emergente", ator global e empreendedor normativo que o Brasil almeja.

Em segundo lugar, partindo da premissa de que os interesses brasileiros na Líbia são despolitizados pelo discurso humanitário da RWP, que por sua vez não deve ser analisada unicamente à luz da segurança, notou-se que para além da cooperação observada desde a década de 1970 e que é impulsionada durante o governo Lula, há de se observar atentamente as iniciativas do governo Dilma no período pós-conflito na Líbia.

Os envios de comissão parlamentar para o auxílio na transição política bem como de comissão empresarial revelam movimentos significativos no intuito de preparar o terreno para que os interesses brasileiros na região sejam mantidos ou reordenados na nova reconfiguração da política doméstica líbia. Portanto, a inserção de potências emergentes em regiões de conflito e pós-conflito precisa ser analisada com mais atenção pela literatura das Relações Internacionais focada no nexo segurança-desenvolvimento.

Finalmente, este trabalho aponta que é possível observar não somente a ênfase da política externa brasileira na prevenção de conflitos, mas principalmente em dar enfoque e se movimentar no contexto da agenda Sul-Sul de desenvolvimento, onde a sua margem de ação é seguramente maior, ao contrário da agenda de segurança.

Neste sentido, pode-se indicar a perspectiva da política externa brasileira em que o desenvolvimento tem maior independência em relação a segurança, conferindo uma maior autonomia da agenda de desenvolvimento contrariamente à tendência examinada por Duffield (2012) onde o desenvolvimento está constantemente observado à luz da segurança. Por esta razão, pode ser possível inverter a lógica do "nexo segurança-desenvolvimento", na perspectiva das potências no Norte Global, para a lógica de "nexo desenvolvimento-segurança", a partir da perspectiva das potências emergentes do Sul Global que nesta relação parecem privilegiar e priorizar o desenvolvimento.

As críticas da política externa brasileira à lógica da Paz Liberal são evidentes, no entanto, seria incorrer em determinismos afirmar total afastamento da PEB a esta lógica, da mesma forma que seria incorreto afirmar total aproximação. Apesar das críticas à Paz Liberal o caso das relações entre Brasil e Líbia revelam projetos importantes voltados para o desenvolvimento, embora não sejam fortemente coordenados ou institucionalizados.

Este estudo procurou trazer contribuições teóricas e empíricas. No aspecto teórico foi feito um esforço para inserir a perspectiva das "potências emergentes" enquanto interventoras no debate acerca do nexos segurança-desenvolvimento. Do ponto de vista empírico, observou-se que os trabalhos realizados acerca da Cooperação Sul-Sul brasileira têm enfoque voltado para a cooperação com os países da África Subsaariana, sendo este trabalho um esforço de contribuição para o debate.

Como o Brasil se relaciona com outros países do Norte da África? Quais as possíveis comparações entre a Cooperação Sul-Sul brasileira no Norte da África e na África Subsaariana? Como o Brasil articula no discurso e na prática o nexos segurança-desenvolvimento em outras regiões? Estas são lacunas ainda não preenchidas e que apontam direções futuras para o aprofundamento do tema.

Referências

ABDENUR, Adriana e SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. Beyond China and Africa: a focus on Brazil. *Democracy in Africa*. 08 de junho de 2013.

_____. Rising Powers and the Security Development Nexus: Brazil's Engagement with Guinea-Bissau. *Journal of Peacebuilding & Development*, Volume 9, Issue 2, pp. 1-16. 2014.

AMAR, Paul. *The Middle East and Brazil. Perspectives on the New Global South*. Indiana University Press. 2014.

ANBA Agência de Notícias Brasil-Árabe. Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia/13387428/diplomacia/brasil-ajudara-libia-na-reconstrucao/?indice=200> Acessado em 16 de outubro de 2013.

BELLAMY, Alex. *Responsability to Protect*. Policy Press. Cambridge. 2009.

BENNER, Thorsten. Brazil as a norm entrepreneur: the “Responsability while Protecting” initiative. *Global Public Policy Institute GPPI*. Berlim. 2013.

BRUN, Elodie. *Les Relations entre l’Amérique du Sud et el Moyen Orient. Un exemple de relance Sud-Sud*. L’Harmattan. Paris. 2008.

CASARÕES, Guilherme. Construindo Pontes? O Brasil diante da Primavera Árabe. *Cienc. Cult.* vol.64 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2012.

CHIVVIS, Christopher S., CRANE, Keith, MANDAVILLE, Peter e MARTINI, Jeffrey. *Libya’s Post-Qaddafi Transition: The Nation-Building Challenge*. National Security Research Division. 2012.

DUFFIELD, Mark. *Global Governance and the New War*. New York. Zed Books. 2001.
_____. *Development, Security and Unending War. Governing the World of Peoples*. Polity Press. Cambridge. 2007.

_____. *The Liberal Way of Development and the Development–Security Impasse: Exploring the Global Life-Chance Divide*. *Security Dialogue*. 2010.

GATESTONE INSTITUTE Disponível em: <http://www.gatestoneinstitute.org/4251/libya-monarchy> Acessado em: 13 de janeiro de 2015. 108

HIRST, Mônica, LIMA, Maria Regina Soares e PINHEIRO, Leticia. *A Política Externa Brasileira em Tempos de novos Horizontes e Desafios*. Nueva Sociedad. 2010.

_____. e PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*.38 (1): 5-23. 1995.

HURREL, Adrew. Brazil and The New Global Order. *Current History* 109:724: 60-66.

IKENBERRY, John e WRIGHT, Thomas. Rising Powers and Global Institutions. The Century Foundation, New York. 2008.

IVAN, Richard EBC- Agência Brasil –Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-07/itamaraty-transfere-embaixada-da-libia-para-tunisia-por-falta-de> Acessado em: 07 de janeiro de 2015.

JUBILUT, Liliana Lyra. A “Responsabilidade de Proteger” é uma mudança real para as intervenções humanitárias? USP. São Paulo. 2007.

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. Observador On-line v.7, n.03, mar. 2012.

_____. Cooperação Sul-Sul: um ensaio conceitual. 2010.

_____. SUYAMA, Bianca e WAISBICH, Laura. Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização. Articulação Sul. Policy Brief. Julho 2013.

LUZ DA, Natalia. Por dentro da África – Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/negocios/queremos-desenvolver-uma-parceria-importante-com-o-brasil-diz-ministro-do-petroleo-da-libia> Acessado em 13 de janeiro de 2015.

MAWDSLEY, Emma. From recipients to donors: Emerging powers and the changing development landscape. London: Zed Books, 2012.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, T. C. O.. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no Continente Africano. Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 1, p. 11-35, 2013.

_____. Brazil’s South–South Co-operation Strategies: From Foreign Policy to Public Policy. South African Institute of International Affairs. Março, 2014.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.amazonia.mdic.gov.br/portalmDIC/////sio/interna/noticia.php?area=1¬icia=11474> Acessado em 15 de junho de 2014.

MRE - Ministério das Relações Exteriores - - Sistema Atos Internacionais. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1978/b_48/ Acessado em: 23 de outubro de 2014.

MRE Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675:cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa&catid=172&lang=pt-br&Itemid=436 Acessado em: 10 de janeiro de 2015.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Grande Jamaíria Árabe popular Socialista da Líbia sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde. 2009. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6290/ Acessado em: 16 de outubro de 2013.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-aoproteger-na-onu-2013-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012/print-nota> Acessado em 04 de julho de 2014.

MRE – Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5379&Itemid=478&cod_pais=LBY&tipo=ficha_pais&lang=pt-br Acessado em: 03 de fevereiro de 2015.

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Itamaraty. Disponível em: <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/63-representante-especial-do-brasil-e-acreditado-junto-a-liga-dos-estados-arabes>. Acessado em: 03 de novembro de 2014.

MRE – Ministério das Relações Exteriores – Presidente da República Federativa do Brasil – Discursos. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4650:discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-plenaria-da-vcupula-do-ibas-pretoria-africa-do-sul-18-10-2011&catid=197&Itemid=448&lang=pt-br Acessado em 18 de outubro de 2013.

SAWANI, Youssef Mohammed. Dynamics of Continuity and Change. In: PACK, Jason. The 2011 Libyan Uprisings and The Struggle for the Post-Qadhafi Future. Palgrave Macmillian. New York. 2013.

SHANE, Scott. The New York Times Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny1011201105.htm> Acessado em 04 de julho de 2014.

ST JOHN, Bruce Ronald. The Post-Qadhafi Economy. In: PACK, Jason. The 2011 Libyan Uprisings and The Struggle for the Post-Qadhafi Future. Palgrave Macmillian. New York. 2013.

STERN, Maria e OJENDAL Joakim. Mapping the Security–Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence? Security Dialogue, 2010.

UNITED NATIONS – UNSCR Security Council S/RES/1973 (2011) 17 Março de 2011. Disponível em:

http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110927_110311-UNSCR-1973.pdf Acessado em: 10 de fevereiro de 2014.

UNITED NATIONS – UNSCR Security Council Disponível em:
http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_02/20110927_110226-UNSCR-1970.pdf Acessado em: 16 de outubro de 2013.

YILMAZ, Muzaffer Ercan. Peacebuilding in Libya. *International Journal on World Peace*. Vol. XXIX n. 1. 2012.